

**EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no AgRg no AGRAVO EM RECURSO  
ESPECIAL Nº 1.249.989 - DF (2018/0036400-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**EMBARGANTE** : ENOQUE MARTINS VIEIRA  
**ADVOGADO** : KAYDHER FELLYPE LASMAR BARBOSA VIEIRA - DF044343  
**EMBARGADO** : MARIA DE LOURDES FERREIRA JAYME  
**EMBARGADO** : ADILSON CUSTODIO MARRA  
**ADVOGADOS** : RAIMUNDO BEZERRA DE FARIAS - DF002174  
LEIDIANE DA SILVA GUEDES - MG117975  
**EMBARGADO** : ANTONIO JOAQUIM RIBEIRO DA SILVA  
**ADVOGADOS** : ANDRE PINHEIRO DE SOUSA - DF033959  
NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA FACIPLAC  
(ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**EMENTA**

PENAL. PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECONSIDERAÇÃO DECORRENTE DE AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS A SEREM SANADOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, a teor do art. 619 do Código de Processo Penal – CPP, e erro material, conforme art. 1022, III, do Código de Processo Civil – CPC.

2. Sem a demonstração das hipóteses de cabimento, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe, notadamente quando o embargante pretende a rediscussão da questão controvertida para modificar o provimento anterior.

3. No caso concreto, o embargante aponta omissão na análise de suas teses, mas não há omissão a ser sanada, em razão do não conhecimento do agravo regimental anteriormente interposto e em razão de inovação recursal nestes embargos de declaração.

4. Embargos declaratórios parcialmente conhecidos e desprovidos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,

# *Superior Tribunal de Justiça*

acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer parcialmente dos embargos de declaração e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator